



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
*Divisão de Licitação*

**RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO – PROCESSO N.º 8437/2025**

**RECUIROS:** EMPRESA AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA  
**CONTRARRAZÕES:** EMPRESA TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA

Referente à:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2445/2025** (Flowdocs)  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 05/2025**  
**DATA DA ABERTURA:** 10 de junho de 2025  
**HORÁRIO:** 10:00

O procedimento licitatório está sendo realizado na forma **ELETRÔNICA**, pela Plataforma BLL Compras, no endereço: <https://bllcompras.com>.

**DO OBJETO:**

Constitui objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CRIAÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL**, em conformidade com as especificações contidas no edital e anexos.

Inicialmente informo que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA PRONTA CONTRATAÇÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos do Decreto Municipal nº 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, de acordo com as condições estabelecidas neste edital e anexos. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 22/05/2025, no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 23/05/2025, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, PNCP, Portal da transparência e Plataforma BLL Compras.

**DA TEMPESTIVIDADE:**

- O recurso foi interposto, dentro dos prazos legais, portanto tempestivo, pela empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**.
- A contrarrazão foi interposta, dentro dos prazos legais, pela empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA**

Ambos documentos foram protocolados nesta Prefeitura sob n.º 8437/2025 (Flowdocs). Sendo considerado os prazos do julgamento do presente processo o Art. 165, I e II, da Lei nº 14.133/2021.

**DO INICIAL:**

A Agente de Contratações deste Município, instituída pela Portaria nº 036/2025, referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2025, julga e responde o recurso interposto pela empresa **AGÊNCIA**

**FERA MARKETING LTDA**, bem como, contrarrazão interposto pela empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA**, insatisfeitas com a decisão da fase habilitatória do certame.

Dispõe a lei em seu Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: “Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...)”.

#### **DO RECURSO APRESENTADO:**

A Agência Fera Marketing Ltda apresentou recurso administrativo direcionado ao pregoeiro do Município de São José do Vale do Rio Preto (RJ), referente ao Pregão Eletrônico nº 05/2025 e ao Processo Administrativo nº 2445/2025.

A empresa argumenta que foi inabilitada injustamente por supostamente não apresentar comprovante de registro profissional ativo de publicitário e jornalista, conforme exigido no item 9.15.1.3 do edital, mas sustentou que o diploma de graduação já atesta a formação e qualificação técnica, sendo o registro dispensável segundo regulamentação do Conselho Federal de Comunicação Social.

Para reforçar sua posição, citou entendimento do Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 511.961, que decidiu pela inconstitucionalidade da exigência do diploma de jornalismo e registro profissional no Ministério do Trabalho como condição para o exercício da profissão de jornalista. Entendendo assim a recorrente, que o diploma apresentado já assegura a qualificação do profissional e a sua capacidade para executar os serviços contratados. Além disso, a Agência Fera foi desclassificada por não apresentar comprovante de inscrição em entidade representativa, como o SINAPRO-RJ, conforme item 9.1.2 do edital. Contudo, defendeu que a certificação do CENP garante sua qualificação técnica, conforme a Lei nº 12.232/2010 (Art. 4º e § 1º), e considerou desnecessária a exigência do SINAPRO, embora a tenha anexado no documento recursal como comprovação de associação, reforçando sua conformidade.

Diante disso, requereu o deferimento do recurso, alegando que os documentos apresentados atendem aos requisitos legais e jurisprudenciais aplicáveis.

#### **DO CONTRARRECURSO APRESENTADO:**

Em contrapartida, a Towdah Comunicação Ltda apresentou contrarrazões destacando que a Agência Fera foi inabilitada por descumprir cláusulas editalícias expressas, ao não apresentar comprovante de registro profissional ativo, comprovante de inscrição vigente em entidade representativa e declaração unificada assinada, conforme itens 9.15.1.3, 9.1.2 e 9.10 do edital, respectivamente.

Afirmou que a recorrente tenta suprir omissões documentais e rediscutir exigências editalícias fora do prazo legal. A Contrarrecorrente argumentou que a tentativa da Fera de questionar o edital em sede de recurso está preclusa, pois impugnações deveriam ter sido feitas até três dias antes da sessão pública, conforme art. 164 da mesma lei. Ressaltou que o edital vincula os licitantes, prevendo inabilitação automática caso os documentos não sejam apresentados no momento oportuno, sendo vedada a complementação documental em fase recursal, sob pena de violar legalidade, isonomia e segurança jurídica. Apoiada em jurisprudência do Tribunal de Contas da União, como o Acórdão nº 12/2021, a Towdah reforçou que a documentação de habilitação deve ser entregue no prazo devido, sem possibilidade de inclusão extemporânea de requisitos preexistentes.

Por fim, requereu o não provimento do recurso da Agência Fera, solicitando a manutenção da decisão de inabilitação, em observância aos princípios de legalidade, vinculação ao edital, isonomia e segurança do procedimento licitatório.

### **DO JULGAMENTO:**

Observados os ritos legais, o recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, o Gabinete do Prefeito, para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que a inabilitação da empresa se deu pela parte técnica e, por fim, à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer.

#### **Segue parecer do Setor Técnico do Gabinete do Prefeito:**

Informo que a Secretaria solicitante apresentou a seguinte resposta em cota #6 do processo administrativo nº 8437/2025, quanto ao recurso e contrarrazão apresentados:

*“Após a análise dos recursos e contra recursos do processo Audio visual, temos as seguintes considerações:*

*Na presente licitação a empresa FERA agência de publicidade não apresentou documentos essenciais, o que configura descumprimento do edital.*

*Constatamos que a empresa, não apresentou : contrato direto e ou registro da empresa com jornalista e publicitário, não vimos assinatura da declaração unificada e a não apresentação solicitada da Sinapro, órgão esse responsável pelas agências de propaganda do estado do RJ.*

*Diante do exposto após análise ao solicitado, temos o entendimento que a empresa FERA encontra-se inabilitada.”*

#### **Segue parecer da “conclusão” da Procuradoria Geral do Município:**

##### **“CONCLUSÃO:**

*Entendo que a empresa recorrente não cumpriu as cláusulas ns. 9.12.8, 9.12.2 e 9.15.1.3, conforme asseverado pela comissão de Licitação em análise de seus documentos de habilitação, tendo a mesma inabilitado a recorrente.*

*Deve-se salientar que os licitantes estão submetidos às regras do edital, com bem colocado pela empresa que apresentou contrarrazões ao recurso, sob o pálio do princípio da vinculação ao edital que deve ser observado na aplicação da Lei 14.133/21, nos termos de seu art. 5º:*

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

*Ademais, em seu recurso, não apresentou a empresa recorrente nenhum documento que pudesse substituir os exigidos no edital, em nome do princípio do formalismo moderado, e deve-se asseverar que os contratos de trabalho ou contratos civis de seus profissionais publicitário e jornalista não são meras exigência burocráticas, mas prova da relação jurídica do profissional com a empresa para a sua atuação em nome da mesma, bem como o documento de demonstre a sua filiação a sindicato representativo, a demonstrar a sua plena atuação no mercado.*

*Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso apresentado pela empresa AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA”.*

Faço constar que o parecer completo da Procuradoria Geral do Município será disponibilizado na íntegra na aba “arquivos” na plataforma BLL Compras.

Depois de analisar o recurso interposto pela empresa Agência Fera Marketing LTDA, bem como, das contrarrazões apresentadas pela empresa Towdah Comunicação LTDA, e, levando em consideração os pareceres emitidos pelo setor técnico requisitante, o Gabinete do Prefeito e pela Procuradoria Geral do Município, passo ao julgamento final do presente recurso.

Observa-se que a inabilitação da recorrente se deu pelo descumprimento de exigências da qualificação técnica, expressas no edital do Pregão Eletrônico nº 05/2025, conforme:

- **Ausência de comprovante de registro profissional ativo de publicitário e jornalista**, conforme item 9.15.1.3 do edital;
- **Inexistência de comprovante de inscrição vigente em entidade representativa** (ex: SINAPRO-RJ), exigido no item 9.12.2 do edital;

A empresa recorrente em suas argumentações informa que o diploma de graduação seria suficiente para comprovar a qualificação técnica dos profissionais, e que o registro em conselho de classe ou sindicato seria desnecessário. Entretanto, tal entendimento contraria o princípio da vinculação ao edital, conforme art. 5º da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual todas as regras e exigências estabelecidas previamente no instrumento convocatório obrigam tanto a Administração quanto os licitantes.

Importante informar:

Que o julgamento do recurso e contrarrazão apresentada se basearam em informações técnicas apresentadas pelo setor demandante, haja vista a complexidade dos argumentos e documentos apresentados.

Quanto aos documentos apresentados pela recorrente pertinentes aos itens 9.12.2 e 9.15.1.3, sendo eles, o diploma em Bacharel em Comunicação Social em nome de Marcel Peixoto Mendonça e o Cartão de Registro Profissional em nome de Marcos Rodrigues Leão, Jornalista, respectivamente. O item 9.12.2 solicita comprovante de inscrição da licitante em entidade representativa da atividade publicitária, não do profissional. O item 9.15.1.3 solicita que a licitante deverá comprovar com documentação idônea que os profissionais de publicitário e jornalista. Faço constar que não foi encontrado no rol de documentos apresentados pela licitante vinculação dos profissionais citados à mesma.

Cabe destacar que:

As exigências do edital não foram impugnadas no momento oportuno, tendo ocorrido preclusão quanto à possibilidade de rediscutir cláusulas editalícias na fase recursal, conforme art. 164 da Lei nº 14.133/2021;

Não é possível, no curso da fase recursal, a inclusão extemporânea de documentos obrigatórios que deveriam ter sido apresentados na fase de habilitação, sob pena de ofensa aos princípios da isonomia, legalidade e segurança jurídica (Acórdão TCU nº 12/2021-Plenário);

O registro profissional e o vínculo contratual com os profissionais indicados não são meras formalidades, mas constituem elementos essenciais de comprovação da capacidade técnica da empresa, nos moldes exigidos pelo edital;

O documento de filiação a entidade representativa, como por exemplo o SINAPRO-RJ é requisito previsto expressamente no edital, e sua não apresentação no momento oportuno

configura descumprimento que justifica a inabilitação. Ressalto que a apresentação do documento na fase recursal demonstra que a mesma possuía o documento, sem motivo da não apresentação no momento adequado, o que configura inclusão de novo documento contrariando a legislação vigente.

Assim, à luz da legislação vigente e conforme apontado nos pareceres técnico e jurídico, a documentação apresentada pela empresa recorrente não atende integralmente às exigências editalícias.

Faço constar que a não apresentação da declaração unificada assinada, não foi considerado como motivo inabilitado por esta Pregoeira, que a considerou como documentos preexistente.

### **DA DECISÃO**

Ante o exposto, Esta Pregoeira/Agente de Contratação, que tem o dever de cumprir o que lhes foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, através da Comissão de Equipe de Apoio do Pregoeira/Agente de Contratação, nomeada pela Portaria G.P. nº 36 de 08 de janeiro de 2025, **INFORMA** que em referência as alegações apresentadas e da análise realizada nas razões e por todo o exposto dos autos, **DECIDE**:

**CONHECER** o recurso interposto feito pela empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**, bem como, as contrarrazões apresentadas pela empresa **TOWDAH COMUNICAÇÃO LTDA**.

**ACATAR**, o parecer por parte do Setor demandante, o Gabinete do Prefeito, bem como, parecer da Procuradoria Geral do Município, diante das informações apresentadas, tendo em vista que são os responsáveis pela elaboração e confecção das documentações para elaboração do edital, valendo-nos de seus argumentos a nossa resposta ao recurso e contrarrazões interpostos.

**OPINO**, pelo **INDEFERIMENTO** do recurso administrativo interposto pela empresa **AGÊNCIA FERA MARKETING LTDA**, julgando-o improcedente e mantendo-se a decisão de inabilitação da referida licitante, com base nos princípios da legalidade, vinculação ao edital, julgamento objetivo, isonomia e segurança jurídica, conforme previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

Faço constar que a decisão desta pregoeira baseia-se nos argumentos técnicos apresentados pela Secretaria solicitante e argumentos jurídicos apresentados pela Procuradoria Geral do Município.

**ENVIAR** o processo para o Gabinete do Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

**APÓS** que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, e seja publicada nos veículos de comunicação: Diário Oficial do Município, portal da transparência e PNCP, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

É a decisão.

São José do Vale do Rio Preto, 07 de julho de 2025.

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Pregoeira/Agente de Contratação